

Ferrolease Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Ferrolease Participações S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ferrolease Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ferrolease Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas



controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Ferrolease Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015	2016	2015
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	989	1.373	2.488.266	3.034.632	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	11.122.866	16.544.266	19.179.561	24.395.406
Contas a receber de clientes	7	-	-	2.467.702	1.846.810	Adiantamentos de clientes		-	-	1.073.784	1.183.228
Juros sobre o capital próprio a receber	8	932.002	1.579.970	-	-	Impostos e contribuições a recolher		197.283	166.662	517.377	433.242
Impostos a recuperar	9	1.184.931	942.273	2.813.717	3.066.552	Partes relacionadas	8	-	-	1.240.140	-
Outras contas a receber		-	-	4.859	3.820	Dividendos	16	1.572.042	-	1.572.042	-
						Outras contas a pagar		61.239	45.582	233.817	1.336.152
		<u>2.117.922</u>	<u>2.523.616</u>	<u>7.774.544</u>	<u>7.951.814</u>			<u>12.953.430</u>	<u>16.756.510</u>	<u>23.816.721</u>	<u>27.348.028</u>
Não circulante						Não circulante					
Mútuos com partes relacionadas	8	14.628	14.628	823.206	805.206	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	37.125.269	45.035.801
Outras contas a receber		-	-	-	34.315	Aluguéis com partes relacionadas, mútuos e dividendos	8	607.345	1.132.049	931.335	890.875
Impostos a recuperar	9	-	-	17.200	1.033.444	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	8.591.259	6.506.147
Investimentos	10	31.651.554	30.526.561	-	-	Provisão para contingências	15	-	-	248.257	608.258
Imobilizado	11	-	-	82.321.220	85.740.576			<u>607.345</u>	<u>1.132.049</u>	<u>46.896.120</u>	<u>53.041.081</u>
		<u>31.666.182</u>	<u>30.541.189</u>	<u>83.161.626</u>	<u>87.613.541</u>	Patrimônio líquido					
						Capital social	16	13.497.825	13.497.825	13.497.825	13.497.825
						Reservas de lucros		6.996.982	1.949.899	6.996.982	1.949.899
						Ajustes de avaliação patrimonial		(271.478)	(271.478)	(271.478)	(271.478)
								<u>20.223.329</u>	<u>15.176.246</u>	<u>20.223.329</u>	<u>15.176.246</u>
		<u>33.784.104</u>	<u>33.064.805</u>	<u>90.936.170</u>	<u>95.565.355</u>			<u>33.784.104</u>	<u>33.064.805</u>	<u>90.936.170</u>	<u>95.565.355</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ferrolease Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	17	-	-	16.026.351	13.755.074
Custo dos serviços prestados					
Arrendamento	12	-	-	(40.460)	(42.000)
Depreciação de ativos ferroviários		-	-	(2.654.008)	(2.126.915)
Lucro bruto		-	-	13.331.883	11.586.159
Despesas operacionais					
Administrativas		(45.850)	(15.279)	(338.602)	(386.848)
Depreciação e amortização		-	-	(2.255)	(2.729)
Despesas com serviços profissionais	18	(90.426)	(197.151)	(282.070)	(504.347)
Salários, encargos e benefícios		-	-	(940.573)	(1.051.465)
Viagens e estadias		-	-	(84.369)	(118.348)
		(136.276)	(212.430)	(1.647.869)	(2.063.737)
Resultado não operacional					
Outros receitas não operacionais	20	-	-	892.663	-
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		(136.276)	(212.430)	12.576.677	9.522.422
Receitas financeiras	19	98.331	158.730	449.525	697.056
Despesas financeiras	19	(781.035)	(4.981.168)	(3.684.192)	(7.668.781)
Despesas financeiras, líquidas		(682.704)	(4.822.438)	(3.234.667)	(6.971.725)
Resultado de equivalência patrimonial	10	7.438.105	5.618.650	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		6.619.125	583.782	9.342.010	2.550.697
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14	-	-	(637.773)	(428.803)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	14	-	-	(2.085.112)	(1.538.112)
Resultado do exercício		<u>6.619.125</u>	<u>583.782</u>	<u>6.619.125</u>	<u>583.782</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ferrolease Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Resultado do exercício	6.619.125	583.782	6.619.125	583.782
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>6.619.125</u>	<u>583.782</u>	<u>6.619.125</u>	<u>583.782</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ferrolease Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Total
				Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	13.497.825	714.746	(271.478)	98.673	1.406.092	-	15.445.858
Reversão para o passivo de reserva de capital	-	(714.746)	-	-	-	-	(714.746)
R\$ Resultado do exercício	-	-	-	-	-	583.782	583.782
Destinações							
Reserva legal	-	-	-	29.189	-	(29.189)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(138.648)	(138.648)
Retenção de lucros no exercício	-	-	-	-	415.945	(415.945)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	13.497.825	-	(271.478)	127.862	1.822.037	-	15.176.246
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	6.619.125	6.619.125
Destinações							
Reserva legal	-	-	-	330.956	-	(330.956)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(1.572.042)	(1.572.042)
Retenção de lucros no exercício	-	-	-	-	4.716.127	(4.716.127)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	13.497.825	-	(271.478)	458.818	6.538.164	-	20.223.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ferrolease Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	6.619.125	583.782	6.619.125	583.782
Ajustes por:				
Depreciação	-	-	2.837.123	2.350.952
Provisão para contingências	-	-	(360.001)	-
Juros apropriados sobre empréstimos com partes relacionadas	-	-	(18.000)	(19.956)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos com terceiros	578.599	4.813.205	3.319.396	7.327.035
Resultado de equivalência patrimonial	(7.438.105)	(5.618.650)	-	-
Ganho sobre imobilizado baixado por sinistro	-	-	(727.628)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	2.085.112	1.538.112
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	64.632	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	(685.524)	(510.570)
Impostos a recuperar e outras contas a receber	(242.658)	57.397	1.302.355	(1.958.365)
Aluguéis com partes relacionadas	1.374.633	148.889	1.479.005	42.030
Adiantamentos de clientes	-	-	(109.444)	(76.853)
Outras contas a pagar	46.278	16.388	(1.186.469)	1.214.285
Impostos sobre o lucro pagos	-	-	(554.839)	(273.370)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	937.872	1.011	14.064.843	10.217.082
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	4.184.007	4.137.650	-	-
Juros sobre o capital próprio recebidos	877.737	-	-	-
Recebimento de indenização com sinistro de ativo imobilizado	-	-	2.550.000	-
Aquisição de imobilizado	-	-	-	(7.815.821)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	5.061.744	4.137.650	2.550.000	(7.815.821)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	(715.435)	(50.000)
Empréstimos e financiamentos tomados	-	-	-	2.021.487
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.000.000)	-	(13.469.602)	(4.487.579)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Juros	-	(4.184.361)	(2.976.172)	(6.170.704)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(6.000.000)	(4.184.361)	(17.161.209)	(8.686.796)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(384)	(45.700)	(546.366)	(6.285.535)
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	1.373	47.073	3.034.632	9.320.167
No fim do exercício	989	1.373	2.488.266	3.034.632
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(384)	(45.700)	(546.366)	(6.285.535)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Ferrolease Participações S.A. (“Companhia”) foi criada de 11 de março de 2010, com sede na Rua Marechal Deodoro no. 497, 2º. Andar, sala 24, Curitiba – PR, com objeto social de participar em outras sociedades, em especial na Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A. (“Ferrolease Operacional”). Além disso, a Companhia objetiva buscar fontes de recursos financeiros adequadas no mercado, que permitam a expansão do plano de negócios da Ferrolease Operacional.

A controlada Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A. (Controlada), com sua sede na Rua Marechal Deodoro no. 497, 2º. Andar, sala 24, Curitiba - PR foi constituída em 26 de junho de 2002 tendo como sua principal atividade o aluguel de equipamentos ferroviários. A controlada iniciou suas operações em abril de 2004 e atualmente possui um frota de 377 vagões, dos quais 89 vagões estão locados do acionista Global Railroad Leasing LLC (“GRL”) e os 288 vagões restantes são de propriedade da controlada. Em 31 de dezembro de 2016, 20 vagões da frota não estavam locados para clientes.

A receita da controlada, em 2016, foi predominantemente gerada através de contratos de locação de vagões, firmados com as empresas RUMO America Latina Logística S/A (“RUMO ALL”), VLI Multimodal S.A.(“VLI”), Agrex do Brasil S/A (“Agrex”) e Arcelor Mittal do Brasil (“Arcelor”).

Estão em operação 105 vagões hoppers HFT (150 m³ de capacidade) locados para Agrex em 18 de novembro de 2009 (30) e 7 de fevereiro de 2011 (75). Estes contratos têm prazo de vencimento em março de 2035 e agosto de 2022, respectivamente. Estes vagões transportam grãos nas malhas de bitola larga da Estrada de Ferro Carajás (“EFC”) e Ferrovia Norte-Sul (“FNS”).

Em dezembro de 2012 a controlada firmou contrato de locação de 36 vagões tipo HAE com a Arcelor para transporte de minério. Esta frota é de uso exclusivo da Arcelor e está responsável pelo carregamento e descarregamento de minério bruto entre a mina e a usina da Arcelor na cidade de João Monlevade, em Minas Gerais.

Existem três contratos assinados com a RUMO ALL. O primeiro contempla a locação de 89 vagões HFT (135m³ de capacidade) e possui vencimento em julho de 2021. Estes vagões estão sendo utilizados no transporte de grãos entre Alto Araguaia/MT e Santos/SP, operando dentro da malha norte de bitola larga da ALL. Esse contrato foi renovado em julho de 2016, com alterações, por exemplo: a) o número total de vagões locados passou de 100 vagões (do tipo HFT) para 89 vagões (do tipo HFT); b) o prazo de locação estendeu-se por mais 60 meses a partir de 21 de Julho de 2016; c) as partes incluíram no aditivo ao contrato de locação cláusula com Opção de Compra dos vagões ao final do contrato; d) inclusão de cláusula de Indenização por Perda Total de 11 vagões (do tipo HFT) no valor unitário de R\$ 150.000,00. Em 01 de Setembro de 2016, a controlada recebeu o valor total de R\$ 1.650.000,00 referente a essa indenização (vide nota explicativa 20).

O segundo contrato contempla a locação de 88 vagões tanque (do tipo TCT) que estão sendo utilizados na operação ferroviária, para o trecho Norte da RUMO ALL Rondonópolis em Mato Grosso a Paulínia, em São Paulo. Este contrato foi assinado em 15 de janeiro de 2014, e o início da locação se deu em julho de 2015. Ainda há um terceiro contrato, onde a RUMO ALL locou em 02 de maio de 2014, um total de 17 vagões tanque, tipo TCS (83m³ de capacidade) contrato este previsto estar encerrado em maio de 2017.

Em setembro de 2014, a controlada firmou com o Consórcio Pavotec, contrato de locação de 4 vagões Hopper Aberto, do tipo HAS (55m³ de capacidade), que encontram-se em operação. O prazo de vencimento para este contrato era 31 de dezembro de 2016, mas o cliente já confirmou a necessidade de prorrogação do mesmo por pelo menos 06 (seis) meses.

Em janeiro de 2013, a controlada firmou com a VLI, contrato de locação para 18 vagões tanques TCS (86m³ de capacidade), que encontram-se em operação, sendo este contrato previsto encerrar em 28 de junho de 2017.

Repactuação de prazo para o pagamento de debêntures conversíveis

Em 19 de maio de 2016 a Companhia firmou a repactuação do prazo para pagamento das debêntures de sua emissão. O novo cronograma de pagamentos proposto pela Companhia consiste no parcelamento da dívida em três parcelas, sendo que a primeira foi quitada em 2016, a segunda em março de 2017 e terceira parcela tem vencimento em 01 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui um passivo circulante maior que seu ativo circulante, decorrente essencialmente, da parcela relacionada as debêntures ainda não liquidadas.

Ressaltando que, além dos recursos próprios gerados através de dividendos e juros sobre capital próprio gerados pelas operações da controlada, se necessário a Companhia poderá obter novas operações de financiamento.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras apresentam-se em Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 17 de abril de 2017.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas CPC, exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas em notas explicativas.

As informações de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - Imobilizado
- **Nota explicativa 15** - Provisão para contingências

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras da controlada, Ferrolease Operacional, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Saldos e transações entre controladora e controlada, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre essas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data de apresentação são reconvertidos para a

moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada têm o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos na categoria empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia e sua controladora na gestão das obrigações de curto prazo.

d. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada têm o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

e. Instrumentos financeiros compostos

Os instrumentos financeiros compostos emitidos pela Companhia abrangem debêntures conversíveis que podem ser convertidas em capital a critério do titular, e o número de ações a ser emitido não varia com as mudanças em seus valores justos.

O componente passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente pelo valor justo de um passivo semelhante que não tenha uma opção de conversão em patrimônio líquido. O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento financeiro composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são alocados para os componentes de passivo e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais.

Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o reconhecimento inicial.

Juros, dividendos, perdas e ganhos relacionados ao passivo financeiro são reconhecidos no resultado. As distribuições feitas para acionistas são reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de qualquer benefício fiscal.

f. Investimentos

O investimento na controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Companhia.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumulada, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração no local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

(i) *Ativos financeiros incluindo os recebíveis*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia e sua controlada sobre condições de que a Companhia e sua controlada não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e sua controlada consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento no nível individualizado

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (regime de competência).

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tiverem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Companhia e sua controlada tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Receita operacional

A receita operacional da locação de vagões no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares (contratos de arrendamento operacional). As receitas são reconhecidas mensalmente, com base nos contratos de locação de vagões, em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e de sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

(ii) Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

(ii) Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

(iii) IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

(iv) IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

(v) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	989	1.373	2.994	3.541
Aplicações financeiras	-	-	2.485.272	3.031.091
	<u>989</u>	<u>1.373</u>	<u>2.488.266</u>	<u>3.034.632</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, tais aplicações financeiras foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa, referenciados a taxas que se aproximam do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7 Contas a receber de clientes (consolidado)

Consistem em valores relativos a contratos de locação de vagões, conforme descrito na nota explicativa 1. Em 31 de dezembro de 2016 o total do contas a receber encontra-se em aberto, exceto pelo valor provisionado para perdas de R\$ 91.812 (R\$ 27.180 em 2015).

8 Partes relacionadas

Os saldos com as empresas relacionadas foram realizados conforme os termos e condições acordadas entre as partes, os quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros e estão apresentados a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante				
Juros sobre o capital próprio (i)	<u>932.002</u>	<u>1.579.970</u>	-	-
Ativo não circulante				
Mútuo com GRL Brasil Ltda.	-	-	2.608	2.608
Empréstimo concedido à GRL USA (ii)	-	-	805.970	787.970
Outros	<u>14.628</u>	<u>14.628</u>	<u>14.628</u>	<u>14.628</u>
	<u>14.628</u>	<u>14.628</u>	<u>823.206</u>	<u>805.206</u>

Passivo circulante

Aluguéis devidos à GRL (iii)	-	-	1.240.140	-
Dividendos (v)	1.572.042	-	1.572.042	-
	<u>1.572.042</u>	<u>-</u>	<u>2.812.182</u>	<u>-</u>

Passivo não circulante

Mútuo com controlada	-	524.704	-	-
Aluguéis devidos à GRL (iv)	-	-	323.990	283.530
Dividendos (v)	607.345	607.345	607.345	607.345
	<u>607.345</u>	<u>1.132.049</u>	<u>931.335</u>	<u>890.875</u>

- (i) De acordo com o estatuto social da controlada, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a controlada não provisionou o dividendo mínimo obrigatório porque já havia deliberado pelo pagamento de R\$ 2.129.105 (R\$ 1.753.850 em 2015) a título de juros sobre o capital próprio, e este montante supera os 25% de dividendos mínimos. A Companhia calculou juros sobre o capital próprio, de acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito das demonstrações financeiras da Controlada esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

- (ii) Refere-se a empréstimos nos montantes de R\$ 290.000, R\$ 350.000 e R\$50.000, acrescidos de juros de 9,83% a.a. e Libor + 3% a.a., respectivamente. Em 15 de abril de 2009 foi deliberado, através de Assembléia Geral Extraordinária, a compensação dos saldos referente aos aluguéis a pagar pela Ferrolease S.A à GRL USA com valores de empréstimos concedidos pela Ferrolease S.A à GRL USA. Considerando que a Administração ainda não definiu prazo para compensação desses valores, tais ativos foram reclassificados para o ativo não circulante em 2009. Existe a previsão contratual entre a GRL USA e a Ferrolease de se fazer a compensação de saldo em haver entre as empresas, onde este valor a pagar pela GRL USA para Ferrolease será compensado com os valores que a Ferrolease tem a pagar à GRL USA. Esta compensação ocorrerá quando a nacionalização dos 100 vagões hoppers HFT locados pela Ferrolease com GRL USA.
- (iii) Valor a repassar a GRL USA relativo a perda por sinistro de 11 vagões, os quais foram cobertos pela seguradora (vide nota explicativa 20).
- (iv) Valores relativos a aluguel a pagar originados do contrato com a GRL USA, proprietária dos 100 vagões arrendados pela controlada. Ajustado para 89 vagões em 2016 por conta de acidente com perda total envolvendo 11 unidades.
- (v) De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício. Em 2016 e 2015 a Companhia provisionou o dividendo mínimo obrigatório, após absorver os prejuízos acumulados.

9 Impostos a recuperar

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
IRPJ/CSLL	1.184.931	942.273	1.688.504	1.473.007
PIS/COFINS	-	-	1.140.765	2.625.111
Outros	-	-	1.648	1.878
	<u>1.184.931</u>	<u>942.273</u>	<u>2.830.917</u>	<u>4.099.996</u>
Circulante	1.184.931	942.273	2.813.717	3.066.552
Não circulante	-	-	17.200	1.033.444

10 Investimentos (controladora)

(i) Composição do saldo

	2016	2015
Investimentos por equivalência patrimonial		
Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A.	31.651.554	30.526.561

(ii) Informações da investida direta

Informação da empresa controlada, Ferrolease Locações:

	Ferrolease Locações	
	2016	2015
Ativos circulantes	6.588.625	7.008.168
Ativos não circulantes	83.146.998	88.123.617
Receitas dos exercícios	17.659.891	15.695.432
Custos e despesas dos exercícios	(10.221.786)	(10.076.782)
Lucro da investida nos exercícios	7.438.105	5.618.650
Capital social	20.685.225	20.685.225
Quantidade de ações ou quotas possuídas	20.685.225	20.685.225
Patrimônio líquido	31.651.554	30.526.561
Participação no capital social, no final do exercício	100%	100%
Participação no patrimônio líquido	31.651.554	30.526.561
Equivalência patrimonial da controladora	7.438.105	5.618.650

Movimentação do investimento no exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2015	30.526.561
Resultado de equivalência patrimonial	7.438.105
Juros sobre o capital próprio creditados	(2.129.105)
Dividendos recebidos	(4.184.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	31.651.554

11 Imobilizado (consolidado)

	2016		2015	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Ativos ferroviários	92.324.455	(10.222.492)	82.101.963	85.518.746
Ativos ferroviários em andamento	212.866	-	212.866	212.866
Benfeitorias em propriedade de terceiros	7.326.714	(7.326.714)	-	-
Equipamentos de computação e telefonia	32.904	(31.921)	983	2.587
Máquinas e equipamentos	3.289	(2.234)	1.055	1.229
Móveis e utensílios	39.198	(34.845)	4.353	5.148
	99.939.426	(17.618.206)	82.321.220	85.740.576

(iii) Movimentação do custo

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Movimentação 2016</u>		<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Ativos ferroviários	93.186.550	-	(862.095)	92.324.455
Ativos ferroviários disponíveis para locação	212.866	-	-	212.866
Benfeitorias em propriedade de terceiros	8.337.961	-	(1.011.247)	7.326.714
Equipamentos de computação e telefonia	34.174	-	(1.270)	32.904
Máquinas e equipamentos	3.289	-	-	3.289
Móveis e utensílios	39.198	-	-	39.198
	<u>101.814.038</u>	<u>-</u>	<u>(1.874.612)</u>	<u>99.939.426</u>

(iv) Movimentação da depreciação acumulada

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Movimentação 2016</u>		<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Depreciação acumulada
Ativos ferroviários	(7.667.804)	(2.834.867)	280.179	(10.222.492)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(8.337.961)	-	1.011.247	(7.326.714)
Equipamentos de computação e telefonia	(31.587)	(1.287)	953	(31.921)
Máquinas e equipamentos	(2.060)	(174)	-	(2.234)
Móveis e utensílios	(34.050)	(795)	-	(34.845)
	<u>(16.073.462)</u>	<u>(2.837.123)</u>	<u>1.292.379</u>	<u>(17.618.206)</u>

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior. Abaixo, encontram-se as taxas de depreciação referentes a tais ativos:

Ativos ferroviários	3%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	16,7%
Equipamentos de computação e telefonia	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do seu valor recuperável, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Garantias

Vagões de carga, de valor total de R\$ 52.886 mil, foram dados em garantia na operação contratada junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (vide nota explicativa 12).

12 Contratos de aluguéis de vagões (consolidado)

Em 31 de dezembro de 2016 a controlada possui contrato de locação referente a 89 (100 em 2015) vagões tipo HFT, no qual a controlada é arrendatária. O contrato possui prazo de duração de 5 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data.

Como locatária de tais vagões, a controlada reconheceu o montante de R\$ 40.460 (R\$ 42.000 em 2015) referente a custos com operações de locação.

Tais ativos, de valor total de 7.326.714 (R\$ 8.337.961 em 2015) (valor de custo após benfeitorias), foram subarrendados, sendo que os contratos de subarrendamento possuem prazo médio de 5 anos, a contar da data dos contratos, os quais foram renovados em 2014, com prazo até 2019.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Debêntures (i)	11.122.866	16.544.266	11.122.864	16.544.266
FINAME (juros de TJLP + 3,3% a.a.)	-	-	-	516.107
FINAME				
- Programa PSI / BNDES juros fixos de 4,5% a.a. (ii)	-	-	3.143.000	4.190.666
- Programa PSI / BNDES juros fixos de 6,5% a.a. (iii)	-	-	9.309.841	11.341.079
FINAME (juros fixos de 3,5% a.a.) (iv)	-	-	5.785.956	6.763.864
FINAME (juros fixos de 4,5% a.a) (v)	-	-	14.840.088	16.522.985
FINAME (juros fixos de 7,0% a.a) (vi)	-	-	12.103.081	13.552.240
	<u>11.122.866</u>	<u>16.544.266</u>	<u>56.304.830</u>	<u>69.431.207</u>
Parcela classificada no passivo circulante	11.122.866	16.544.266	19.179.561	24.395.406
Passivo classificada no passivo não circulante	-	-	37.125.269	45.035.801

- (i) Em 28 de abril de 2010, a Companhia realizou a 1ª Emissão Privada de Debêntures conversíveis em Ações Ordinárias, para o debenturista JBVC-I, feitas em duas séries de 75 debêntures no valor unitário de R\$ 100.000,00. As debêntures têm data de emissão em 28 de abril de 2011 e vencimento até o 6º ano, com amortizações previstas de 50% do valor total em 2014 (em 7 de junho de 2014 e 7 de dezembro de 2014), sendo os 50% restantes em 2015 (em 7 de junho de 2015 e 7 de dezembro de 2015). As debêntures são atualizadas por IGPM + 11% ao ano. Os recursos captados através de debêntures foram utilizados para aumentar o capital da investida.

A totalidade das debêntures poderão ser convertidas em 2.299.507 ações ordinárias, que representarão 37,5% do capital votante e 29,61% do capital total da Companhia. A razão de conversão é de uma debênture para cada 15.330 ações ordinárias.

As debêntures estão garantidas por penhor de ações da Ferrolease Operacional, subsidiária integral da Companhia.

Durante o ano de 2015, duas amortizações parciais foram realizadas durante os meses de junho e julho. Na data de emissão deste relatório as negociações para a estensão do prazo para pagamento da debênture de emissão da Companhia encontravam-se em andamento, porém pendente de aprovação final pelo debenturista.

Em 19 de maio de 2016 a Companhia firmou a repactuação do prazo para pagamento das debêntures de emissão da Companhia. O cronograma de pagamentos proposto pela Companhia consiste no parcelamento da dívida em três parcelas, sendo que a primeira parcela foi quitada durante o ano de 2016, a segunda parcela foi quitada em março de 2017 e terceira parcela tem vencimento em 01 de dezembro de 2017. No momento da repactuação também ficou acordado o perdão da multa gerada à título de atraso da quitação das debêntures, conforme prazo inicial do vencimento estabelecido antes do instrumento de repactuação, pelo valor de R\$ 1.772.

- (ii) Em 24 de novembro 2009, a Companhia efetuou abertura de crédito com limite de R\$ 9.429.000 a ser provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual vem sendo pago em 108 prestações mensais e sucessivas, tendo a primeira vencido em 15 de janeiro de 2011 e a última em 15 de dezembro de 2019. Tal financiamento foi utilizado para a aquisição de 30 vagões hopper HFT (150m³), oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 30 vagões hopper dados em garantia ao FINAME, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações junto ao financiador (*covenants* não financeiros), tendo sido cedidos, como garantia, os recebíveis do contrato de locação dos 30 vagões com o cliente CEAGRO, ficando por conta do locatário a obrigação da contratação de seguros para os bens objeto desse contrato.
- (iii) Em 8 de julho de 2011, a Companhia concluiu negociação de financiamento no valor de R\$ 19.296.761 através de recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual será pago em 108 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2012 e a última em 15 de dezembro de 2022. Este limite aprovado foi utilizado para a aquisição de 75 vagões hopper HFT (150m³), os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 105 vagões hopper dados em garantia ao FINAME, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (*covenants* não financeiros) para esse contrato.
- (iv) Em 28 de outubro de 2013, a Companhia concluiu negociação de financiamento através de recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual será pago em 108 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2014 e a última em 15 de novembro de 2022. Este limite aprovado foi utilizado para a aquisição de 36 vagões hopper HAE, os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 36 vagões hopper HAE dados em garantia ao agente financiador, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (*covenants* não financeiros) para esse contrato.
- (v) Entre as datas de 19 de fevereiro de 2015 e 25 de agosto de 2015, a Companhia concluiu a negociação de financiamento através de recursos originários de repasses da Agência especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual será pago em 112 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2015 e a última em 15 de janeiro de 2025. Este limite foi aprovado para a aquisição de 44 vagões tanque, tipo TCT, os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 44 vagões tanque tipo TCT dados em garantia ao agente financiador, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (*covenants* não financeiros) para esse contrato.
- (vi) Entre as datas de 19 de maio de 2015 e 17 de setembro de 2015, a Companhia concluiu a negociação de financiamento através de recursos originários de repasses da Agência especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual será pago em 88 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2015 e a última em 17 de abril de 2023. Este limite foi aprovado para a aquisição de 44 vagões tanque, tipo TCT, os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 44 vagões tanque tipo TCT dados em garantia ao agente financiador, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (*covenants* não financeiros) para esse contrato.

Vagões de carga, de valor total de R\$ 52.886 mil, foram dados em garantia na operação contratada junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia está em conformidade com todas as obrigações requeridas pelos contratos de empréstimos e financiamentos, e não há *covenants* financeiros a serem cumpridos nesta data.

14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados de modo a refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base tributável dos ativos e passivos, e os respectivos valores contábeis.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o imposto de renda e contribuição social, registrados no passivo não circulante, tem a seguinte composição:

	Consolidado	
	2016	2015
Ativo não circulante (adições temporárias)		
Provisão para contingências	-	399.950
Passivo não circulante (exclusões temporárias)		
Custo atribuído	(1.499.461)	(1.953.314)
Diferença depreciação fiscal e contábil	<u>(23.768.947)</u>	<u>(17.582.362)</u>
	<u>(25.268.408)</u>	<u>(19.135.726)</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda diferido (25%)	(6.317.102)	(4.783.932)
Contribuição social diferida (9%)	<u>(2.274.157)</u>	<u>(1.722.215)</u>
Passivo fiscal diferido	<u>(8.591.259)</u>	<u>(6.506.147)</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado do exercício antes de impostos	6.619.125	583.782	9.342.010	2.550.696
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	<u>(2.250.503)</u>	<u>(198.486)</u>	<u>(3.176.283)</u>	<u>(867.237)</u>
Adições e (exclusões) permanentes e outros				
Resultado da equivalência patrimonial	2.528.956	1.910.341	-	-
Despesas não dedutíveis	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.552)</u>	<u>(6.491)</u>
Efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos não constituído sobre prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias	<u>(278.453)</u>	<u>(1.711.855)</u>	<u>445.442</u>	<u>(1.115.545)</u>
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.508</u>	<u>22.358</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.722.885)</u>	<u>(1.966.915)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado				
Corrente	-	-	(637.773)	(428.803)
Diferido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.085.112)</u>	<u>(1.538.112)</u>
Alíquota efetiva	0%	0%	27%	26%

15 Provisão para contingências (consolidado)

A controlada é parte integrante em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A provisão de R\$ 248.286 (R\$ 608.258 em 2015) foi constituída pela Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos e na sua avaliação dos riscos envolvidos e foi considerada suficiente para cobrir a provável perda estimada. Em dezembro de 2016 a Companhia possui ações com probabilidade de perda possível no valor total de R\$ 400.000.

16 Patrimônio líquido (controladora)

a. Capital

O capital social da Companhia, conforme AGE realizada em 28 de dezembro de 2010, é de R\$ 13.497.825, sendo 3.788.740 de ações ordinárias (“ON”) e 1.633.460 de ações preferenciais (“PN”), totalizando 5.422.200 ações sem valor nominal, com as seguintes titularidade:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Global Railroad Leasing, LLC	1.199.794	-
GRL Brasil Ltda.	253.757	1.633.460
Membeca, LLC	1.238.486	-
ATT Centro Oeste Ltda.	804.036	-
Sofimax Participações	93.237	-
Acionistas pessoas físicas	199.425	-
Outros	5	-
	<u>3.788.740</u>	<u>1.633.460</u>

b. Reserva de capital

Refere-se a reserva apresentada no patrimônio líquido da Companhia para refletir o componente de patrimônio no instrumento financeiro composto emitido pela Companhia em anos anteriores (debêntures - nota explicativa 13), líquido dos efeitos tributários diferidos.

A valorização inicial do componente patrimonial do instrumento financeiro composto não se altera. Entretanto, em 2016 e 2015 este componente patrimonial foi revertido para o passivo, em função da decisão do debenturista de não exercer a opção de conversão das debêntures em ações.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de retenção de lucros

Os saldos da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram destinados à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao efeito reflexo do ajuste do custo atribuído dos equipamentos ferroviários, líquido de efeitos de imposto de renda e contribuição social, registrado na controlada, conforme orientações do CPC 27 - Ativo Imobilizado e do ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

f. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

Resultado do período	6.619.125
(-) Reserva legal (5%)	<u>(330.956)</u>
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>6.288.168</u>
Dividendos obrigatórios – 25%	<u><u>1.572.042</u></u>

17 Receita operacional líquida (consolidado)

	2016	2015
Receita de aluguel de vagões e locomotivas	17.659.891	15.157.107
Impostos sobre prestação de serviços	<u>(1.633.540)</u>	<u>(1.402.033)</u>
Receita operacional líquida	<u>16.026.351</u>	<u>13.775.074</u>

18 Despesas com serviços profissionais

As despesas com serviços profissionais são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários e benefícios	-	-	(940.573)	(1.051.465)
Despesas com serviços profissionais	89.040	67.683	(191.644)	(307.196)
Administrativa	-	129.468	(292.752)	(371.569)
Viagens e estadas	-	-	(84.369)	(118.348)
Outros	<u>1.386</u>	<u>-</u>	<u>(2.255)</u>	<u>(2.729)</u>
	<u>90.426</u>	<u>197.151</u>	<u>282.070</u>	<u>504.347</u>

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	22	82.197	309.754	572.215
Outros	98.309	76.533	139.771	124.841
	98.331	158.730	449.525	697.056
Despesas financeiras				
Juros passivos	(921)	(2.542)	(2.822.051)	(2.690.155)
Juros, correção monetária e multas sobre debêntures	(578.599)	(4.813.201)	(578.599)	(4.813.201)
Outros	(201.515)	(165.425)	(283.542)	(165.425)
	(781.035)	(4.981.168)	(3.684.192)	(7.668.781)
	(682.705)	(4.822.438)	(3.234.667)	(6.971.725)

20 Resultado não operacional (consolidado)

	2016	2015
Receitas não operacionais		
Ganhos sobre imobilizado (i)	727.628	-
Outros	165.035	-
	892.663	-

- (i) Ganho decorrente de indenização de cobertura de seguro referente a sinistro com vagões ocorridos durante o exercício de 2016.

21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia e sua controlada mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme o quadro abaixo:

(i) *Controladora*

		2016			2015
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos					
Caixa e bancos	6	989	-	989	1.373
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	13	-	11.122.866	11.122.866	16.544.266
Outras contas a pagar	-	-	61.240	61.240	45.582

(ii) *Consolidado*

		2016			2015
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos					
Caixa e bancos	6	2.994	-	2.994	3.541
Aplicações financeiras	6	2.485.272	-	2.485.272	3.031.091
Contas a receber de clientes	7	2.467.702	-	2.467.702	1.846.810
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	13	-	56.304.830	56.304.830	69.431.207
Outras contas a pagar	-	-	233.818	233.818	1.336.152

A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia e sua controlada não realizaram operações com instrumentos financeiros derivativos.

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- **Contas a receber de clientes e outras contas a pagar** - decorrem diretamente das operações da Companhia e sua controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menor que 90 dias).
- **Empréstimos e financiamentos** - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem

de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

No que tange às instituições financeiras, a Companhia e sua controlada somente realizam operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados e dos demais componentes utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

Risco de taxas de juros e taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de a Companhia e sua controlada sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e sua controlada buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeitas a impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

22 Cobertura de seguros

Os contratos de locação que a Companhia e a controlada possuem com seus clientes RUMO - América Latina Logística S/A (RUMO ALL), Agrex do Brasil S/A (AGREX), AcelorMittal do Brasil (Arcelor) e Vale Logística Integração (VLI), prevêem cláusula obrigando o cliente ter cobertura de seguros para os vagões sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A Companhia e sua controlada também adotam a política de contratar cobertura de seguros para os demais bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.